

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte CYESP Class.: 18Data 18/10/1977 Pg.: _____

Índios denunciam falta de liberdade

Da sucursal de
CURITIBA

"Estamos aqui dentro do Brasil como muitos presos dentro de um campo de concentração". Assim os representantes dos bororós, guaranis e kaingangues na II Assembléia Pastoral Indigenista do Cimi-Sul protestam contra a decisão da Funai de impedir a participação dos grupos das reservas paranaenses nesse encontro, encerrado ontem em Curitiba.

Num documento intitulado "Decisões dos Índios", eles expressam — num português peculiar — seu descontentamento com a situação a que estão submetidos, enquanto na "Declaração de Mossungue" os promotores da assembléia manifestam "estranheza e desaprovação" às barreiras impostas pela Funai para a reunião de índios com missionários, lembrando a dissolução do encontro que se realizava em janeiro em Surumu, Roraima.

"Não temos liberdade. No Estatuto do Índio fala que somos livres. Mas não deixa nós visitarmos nossos patrícios. Não vamos visitar os brancos. O índio assim está sendo um intruso dentro de sua própria terra" — prosseguem os índios, para concluir: "Nós temos que se esforçar por si mesmos. Não podemos mais esperar pela Funai".

Depois de ressaltar essa necessidade de união e de manifestar confiança apenas nos missionários — "que não estão ganhando nada para nos ajudar" — o documento prossegue nas críticas aos chefes de postos da Funai, afirmando que são poucos os que se interessam pelos índios. "Mas quando eles procuram ajudar o índio, os superiores deles já acham um jeito de tirar para fora o chefe do posto. O índio devia ser consultado antes de mudar o chefe do posto."

Também o ministro Rangel Reis, do Interior, é alvo das críticas dos índios: "Quando ele falou que o estudo da língua do índio era tempo perdido — nós não concordamos". Mas o documento, que faz algumas considerações sobre o problema do alcoolismo, defende a ação dos missionários do Cimi: "Muita gente fala que os padres são espíões.

Eu não achô isso. Acho que eles trabalham com honestidade perante os homens e perante Deus. E eles não são órgãos do governo, mas trabalham e têm interesse por toda a coletividade". Os signatários não são identificados pelos nomes, mas apenas pelas tribos.

Já a "Declaração de Mossungue", divulgada pela Regional Sul do Cimi, propõe-se a informar "a opinião pública sobre a dramática situação em que vive o índio brasileiro nestas regiões e sobre o compromisso, mais uma vez assumido, de continuarmos a desenvolver junto a ele um trabalho de Igreja".

Depois de manifestar profunda satisfação pelo apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o documento do Cimi explica que a reunião de Curitiba foi dedicada aos relatórios e análise de situação em que vivem os povos indígenas em nível regional, nacional e continental.

"A situação é dramática. Destaca-se nesse drama a depredação das terras dos índios por intrusos e até pelo órgão oficial de proteção ao patrimônio indígena, o desrespeito às tradições sociais dos índios, o menosprezo à sua cultura e a negação de seus mais elementares direitos de autodeterminação." O documento destaca ainda a marginalização do índio, "explorado do ponto de vista comercial e como mão-de-obra barata".

A "Declaração de Mossungue" manifesta "irrestrito apoio" à comunidade indígena de Manguelrinha em sua reivindicação de reassumir a posse de uma área de 8.976 hectares, com 170.000 pinheiros.

Há ainda uma parte do documento dedicada especificamente ao trabalho de evangelização desenvolvido pelo Cimi: "Mais uma vez assumimos nossa ação missionária como uma obra ao mesmo tempo de evangelização e de promoção humana, pois a Igreja não admite circunscrever a sua missão apenas ao campo religioso, como se se desinteressasse dos problemas temporais do homem. Hipotecamos total solidariedade a todos aqueles que, assim entendendo sua missão junto às populações marginalizadas e exploradas, sofreram e estão sofrendo as mais diversas represálias e difamações."